

TRAMA GOLPISTA

Moraes rejeita pedido do GDF sobre Bolsonaro

Como julgamento não terminou, ministro considera indevida solicitação da Secretaria de Administração Penitenciária de avaliar saúde do ex-presidente, caso vá para Papuda

» LUANA PATRIOLINO
» ALÍCIA BERNARDES
» FABIO GRECCHI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) desconsiderou, ontem, o pedido do Governo do Distrito Federal para que fosse feita uma avaliação médica do ex-presidente Jair Bolsonaro para saber se ele teria condições de cumprir pena no Complexo Penitenciário da Papuda. Para o magistrado, falta “pertinência” à solicitação, encaminhada pelo GDF horas antes de ter início do julgamento dos recursos da defesa do ex-presidente — condenado por chefiar uma tentativa de golpe de Estado —, na Primeira Turma da Corte.

O ofício, que está sob sigilo, foi enviado na segunda-feira a Moraes pela Secretaria de Administração Penitenciária (Seap). O ministro mandou retirar a solicitação dos autos da Ação Penal 2.668, na qual Bolsonaro foi condenado por atentar contra o Estado Democrático de Direito e comandar uma quadrilha que agiu para tentar mantê-lo no poder. “Considerando a ausência de pertinência, desentranhe-se a petição STF nº 158.408/2025 dos autos”, frisou o ministro.

O pedido de avaliação médica de Bolsonaro deve ser analisado pelo STF somente depois de esgotados os recursos da defesa e for decretado o cumprimento da pena. Atualmente, o ex-presidente está em prisão domiciliar.

No documento encaminhado ao Supremo, o secretário de Administração Penitenciária, Wender-son Souza e Teles, destaca a necessidade do exame devido ao histórico de saúde do ex-presidente, que já passou por cirurgias abdominais e apresentou crises de soluços recorrentes durante a prisão domiciliar. Bolsonaro também foi diagnosticado com câncer de pele em fase inicial — um carcinoma de células escamosas “in situ”.

“Considerado a proximidade do julgamento dos recursos da Ação Penal 2.668, o que leva a possibilidade de um ou mais réus serem

Sergio Lima/AFP



Ex-presidente pode passar alguns dias na Papuda e, em seguida, cumprir o restante da pena em casa

» TSE decide futuro de Denarium e vice

O Tribunal Superior Eleitoral define, na próxima terça-feira, o futuro político do governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), e do vice-governador Edilson Damião (Republicanos) — que podem ser cassados e perder os direitos políticos por oito anos. Isso porque o ministro André Mendonça devolveu o processo que os envolve na quarta-feira, depois de um pedido de vista. Denarium e Damião são acusados de abuso de poder político e econômico e a ação tramita há mais de um ano no TSE. Segundo o governo de Roraima, o governador e o vice “reafirmam sua confiança na Justiça e na correção das ações realizadas pela atual gestão”.

recolhidos no Sistema Penitenciário do Distrito Federal, solicitando que o apenado Jair Messias Bolsonaro seja submetido à avaliação médica pela equipe especializada, a fim de que seja realizada avaliação de seu quadro clínico e a sua compatibilidade com a assistência médica e nutricional disponibilizada nos estabelecimentos prisionais desta capital da República”, observou o ofício da Seap.

No entanto, a chefe de gabinete de Moraes, a juíza Cristina Yukiko Kusahara, visitou, na semana passada, as instalações da Papuda que

poderiam receber Bolsonaro e outros condenados na trama golpista. Acompanhada da juíza da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, Leila Cury, ela esteve no 19º Batalhão da Polícia Militar — a Papudinha — e no bloco de segurança máxima do complexo penitenciário.

Pouco tempo

Como o ex-presidente tem de cumprir boa parte da pena em regime fechado, há a possibilidade de que ele passe um período curto de tempo encarcerado e, depois,

lhe seja concedida a prisão domiciliar — tal como aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor. Há, ainda, a hipótese de que Bolsonaro seja abrigado na carceragem da Superintendência da Polícia Federal. Mas é considerado pouco provável que comece a cumprir a condenação dentro de casa.

O destino do ex-presidente começa a ser decidido hoje, quando a Primeira Turma começa a julgar os embargos de declaração dos condenados do “núcleo central” da tentativa de golpe. A análise vai até 14 de novembro. A expectativa é de que o colegiado seja unânime na rejeição do recurso de Bolsonaro, mantendo válida a sentença de 27 anos e três meses de prisão.

A turma, agora, conta apenas com os ministros Alexandre de Moraes (relator), Flávio Dino (presidente), Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Há, porém, a possibilidade de que Luiz Fux, que passou a integrar a Segunda Turma há poucas semanas, faça parte da análise dos embargos de declaração impetrados pela defesa de Bolsonaro.

CPMI DO INSS

Prioridade era reduzir fila, garante Onyx

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ouviu, ontem, o ex-ministro do Trabalho e Previdência Onyx Lorenzoni, que negou qualquer vínculo com os empresários Antônio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, e Maurício Camisotti, citados nas apurações. Ele afirmou que, durante sua gestão, entre 2021 e 2022, o foco foi reduzir a fila de benefícios e aprimorar o controle do crédito consignado, deixando os episódios de descontos associativos fora da prioridade.

“Recebemos denúncias desde 2010, mas tratamos o tema dentro da normalidade administrativa”, explicou.

Onyx relatou que recebeu do ex-presidente Jair Bolsonaro a orientação de atacar o acúmulo de processos e as falhas no sistema de consignado. E defendeu as escolhas de Bruno Bianco, Leonardo Rolim e José Carlos Oliveira para cargos estratégicos na pasta. Segundo ele, a gestão conseguiu reduzir a fila de benefícios para cerca de 900 mil processos e encerrar a obrigatoriedade da prova de vida presencial.

O ex-ministro ainda minimizou o peso das irregularidades apuradas pela CPMI. “No nosso tempo, os números mostram com clareza que não havia relevância o discurso de descontos associativos. Considerávamos essa questão dentro da sua normalidade”, afirmou. Onyx destacou, ainda, que Bolsonaro “dava autonomia

completa aos ministros e presidentes de estatais para montar suas equipes”.

A CPMI deve concentrar esforços nas próximas semanas em acareações, cruzamento de dados e novas oitivas para detalhar a atuação das entidades e servidores suspeitos de participação nas fraudes que atingiram aposentados e pensionistas. Tanto que, na sessão de ontem, aprovou o pedido de acareação entre o “Careca do INSS” e o advogado Eli Cohen, por conta da divergência entre os depoimentos prestados por ambos.

“Careca” é apontado como um dos articuladores do esquema de fraudes que envolvia descontos indevidos em aposentadorias e pensões, enquanto Cohen se apresenta como colaborador nas denúncias que levaram à criação da CPMI. A acareação deverá esclarecer contradições sobre o funcionamento do esquema e o papel de cada um.

O colegiado também aprovou novas medidas cautelares, incluindo pedidos de prisão preventiva e apreensão de passaportes de investigados para evitar fugas. Também foram aprovadas novas quebras de sigilo e solicitações de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). No pacote, também aprovaram convocações de representantes de entidades suspeitas e de Saulo Milhem dos Santos, superintendente de Relacionamento Comercial

Carlos Moura/Agência Senado



No nosso tempo, os números mostram com clareza que não havia relevância o discurso de descontos associativos. Considerávamos essa questão dentro da sua normalidade”

Ex-ministro da Previdência Onyx Lorenzoni

e Mercados da Dataprev.

Já o vice-presidente da comissão, deputado Duarte Jr. (PSB-MA), registrou boletim de ocorrência contra o deputado estadual

e correligionário Edson Araújo (PSB-MA) — afirmou ter recebido mensagens com ameaças de morte para interromper as investigações. (AB)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



COP30 põe Amazônia no epicentro da geopolítica climática

A ausência dos presidentes Donald Trump e Xi Jinping na COP30, em Belém, destacou ainda mais o protagonismo do Brasil e da Amazônia no debate climático global. A conferência reposiciona a floresta não apenas como patrimônio natural, mas como ativo estratégico, essencial para a estabilidade climática e a sobrevivência dos ecossistemas do planeta. Pela primeira vez, a Amazônia ocupa o centro político de uma cúpula mundial não como símbolo de vulnerabilidade, mas como valor ambiental e civilizatório.

A floresta amazônica concentra cerca de 20% da água doce superficial do planeta. É responsável por grande parte da reciclagem de chuvas na América do Sul e abriga uma das maiores reservas de biodiversidade da Terra. Ao transformar a Amazônia em tema central da COP30, o Brasil assume o papel de guardião de um bem comum global, redefinindo o equilíbrio entre soberania e responsabilidade planetária.

Não haveria melhor forma de uma inevitável internacionalização da nossa “hileia”, para usar a expressão do alemão Alexander von Humboldt, ao descrever a imensa floresta equatorial. Em fevereiro de 1800, ao explorar o curso do Rio Orinoco, em viagem que durou quatro meses e cobriu 2.750 km de uma terra selvagem e inóspita, o geógrafo, polímata, naturalista, explorador e filósofo romântico prussiano, partindo da Venezuela, descobriu a existência de uma comunicação entre os sistemas hidrográficos do Orinoco e do Rio Amazonas — o canal Casiquiare.

A COP30 é estratégica para a integração dos países da Bacia Amazônica: Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Venezuela, Guiana e Suriname. Essas nações abrigam 60% das florestas tropicais do planeta. A proposta brasileira de tratar a Amazônia como um bioma continental e um sistema econômico integrado, com base em ciência, inovação e cooperação transfronteiriça, representa uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável da região.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFS em inglês), lançado na Cúpula de Líderes, simboliza essa virada. Com aportes iniciais de Noruega (US\$ 3 bilhões), Indonésia (US\$ 1 bilhão), Brasil (US\$ 1 bilhão) e adesões anunciadas de Alemanha, Portugal e Holanda, propõe um novo paradigma: pagar pela floresta em pé, tratando a preservação como valor econômico, e não custo. Essa é a base de uma “renda florestal global”, que reconhece o papel dos países tropicais na regulação do clima e na absorção de carbono.

O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao citar o mito ianomâmi de “sustentar o céu”, deu o tom simbólico e épico à conferência, iniciada ontem. A metáfora, inspirada no livro “A Queda do Céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert, traduz a ideia de que a humanidade só sobreviverá se sustentar o equilíbrio entre civilização e natureza. A referência a povos originários e ribeirinhos recoloca o conhecimento tradicional como parte da solução, e não como resquício do passado.

Sul Global

Para as populações amazônicas e comunidades ribeirinhas, o novo fundo e os compromissos internacionais podem significar remuneração por serviços ambientais, inclusão em cadeias produtivas sustentáveis (açaí, pesca artesanal, biocosméticos, fármacos) e ampliação de políticas públicas voltadas à educação ambiental, saúde e acesso à tecnologia. O fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), articulado pela diplomacia brasileira, também pode ampliar o combate ao desmatamento, investimentos em bioeconomia e preservação dos povos indígenas. Os países amazônicos querem destacar em bloco o valor ambiental e social de suas florestas junto às nações desenvolvidas.

As críticas dos presidentes Gabriel Boric (Chile) e Gustavo Petro (Colômbia) à ausência de Trump, e ao negacionismo climático dos Estados Unidos, destacaram a crise de liderança global. Lula adotou um tom mais moderado, mas criticou o que classificou como “forças extremistas” que estariam atuando contra o combate às mudanças climáticas.

Os EUA são o segundo maior emissor individual de gases de efeito estufa. Apesar disso, Trump anunciou, em janeiro deste ano, que os EUA deixariam de fazer parte do Acordo de Paris, firmado em 2015 e considerado a espinha dorsal do regime de combate às mudanças climáticas em escala global.

A saída dos EUA do acordo tem sido vista como um elemento que enfraquece a capacidade do planeta de implementar medidas para reduzir as emissões de gases. Enquanto potências se retraem, países do Sul Global, liderados pelo Brasil, assumem o protagonismo moral da transição ecológica. A ausência de Xi Jinping também reforça a percepção de que as soluções dependerão menos de acordos formais entre superpotências e mais da ação coordenada entre economias emergentes e sociedades civis ativas.

A escolha de Belém para sediar a COP30 também é um encontro do oficial com o real. Porta de entrada da Amazônia e berço de culturas híbridas, a cidade pode ser o laboratório de um novo modelo de desenvolvimento, onde bioeconomia, saber tradicional e inovação tecnológica se encontram, com ampla participação da comunidade científica local e a cultura milenar dos povos da floresta. No coração da Amazônia, um mundo dividido entre o ceticismo e a urgência climática busca novos consensos.

A floresta amazônica é um eixo civilizatório. O desafio, agora, é transformar compromissos em ações permanentes, fazendo da Amazônia não apenas o pulmão do mundo, mas, também, seu cérebro político e moral.